



Simulado Final

# PGE CE

Técnico de Representação  
Judicial - Direito

Pós-edital

# Simulado

Simulado Final PGE-CE (Técnico de Representação Judicial - Direito)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico de Representação Judicial - Direito do PGE-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/EKEotKt49KJ5MTCT6>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrcio Dutra***Semente e Raiz**

Nas páginas brancas do tempo que voa,  
cresce o saber, se regado à boa.  
Mas terra esquecida, sem mão que cultiva,  
gera um futuro de planta cativa.  
A escola ensina, ilumina os trilhos,  
desperta sonhos nos olhos dos filhos.  
Mas quem os guia na estrada da vida,  
se a casa é surda, se a voz é esquecida?  
O mestre acende a centelha do brilho,  
mas sem o afeto de um pai de joelho,  
o fogo se apaga, o vento se espalha,  
e o mundo se enche de sombra e falha.  
Não basta cobrar, apontar a mão,  
se dentro de casa não há direção.  
Educação não é só da escola,  
é no lar que o caráter se enrola.  
Pais que ensinam, que ouvem, que sentem,  
formam crianças com almas valentes.  
Mas se o tempo lhes falta, se o amor se ausenta,  
crescem vazios, com a mente sedenta.  
Que cada família se lembre, então,  
de que a lição começa em sua mão.  
Pois o mundo melhora, com cada ação,  
quando se planta a educação no coração.

**01.** Assinale a alternativa que **não** corresponde a uma inferência feita a partir do poema:

- a) O poema enfatiza que a educação não é responsabilidade exclusiva da escola, mas também da família.
- b) A crítica do poema aponta que a falta de envolvimento dos pais pode comprometer o desenvolvimento das crianças.
- c) O poema sugere que o professor tem um papel prescindível na formação dos alunos.
- d) A metáfora da "terra esquecida" indica que, sem a devida atenção dos pais, o aprendizado pode ser prejudicado.
- e) O poema defende que o amor e a presença dos pais são fundamentais para a construção do caráter das crianças.

**02.** No segundo verso, o elemento 'se' é:

- a) uma conjunção integrante
- b) um pronome apassivador
- c) um índice de indeterminação do sujeito
- d) uma conjunção condicional
- e) uma partícula expletiva

**03.** *A escola ensina, ilumina os trilhos, desperta sonhos nos olhos dos filhos.*

No trecho acima, o uso do presente:

- a) indica que as ações da escola são esporádicas e acontecem raramente.
- b) sugere que as ações descritas são verdades universais e atemporais.
- c) indica que os fatos ocorreram no passado e já foram concluídos.
- d) transmite a ideia de uma ação futura que ainda não se realizou.
- e) sugere que a escola já cumpriu seu papel e não continua a ensinar.

**04.** Sobre o poema acima, assinale a alternativa correta:

- a) O poema utiliza apenas versos livres, sem qualquer preocupação com ritmo ou rima.
- b) A presença de metáforas, como "terra esquecida" e "fogo se apaga", contribui para a construção de um sentido figurado sobre a educação.
- c) O poema faz uso exclusivo da linguagem formal e acadêmica, sem qualquer traço de oralidade ou subjetividade.
- d) A estrutura do poema segue rigidamente a métrica dos sonetos clássicos, com versos decassílabos e rima fixa.
- e) O uso do tempo verbal no passado reforça a ideia de que a mensagem do poema se refere apenas a um contexto já encerrado.

**05.** *Que cada família se lembre, então, de que a lição começa em sua mão.*

Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta:

- a) O pronome 'cada' exerce a função de núcleo do sujeito.
- b) A partícula 'se' poderia ser corretamente retirada da frase.
- c) Se a vírgula após o termo 'então' fosse retirada, a correção gramatical da frase seria prejudicada.
- d) O termo 'que' é um pronome relativo.
- e) A correção seria prejudicada se a expressão 'em sua mão' fosse substituída por 'na sua mão'.

**06.** O trecho 'A escola ensina, ilumina os trilhos' apresenta'

- a) hipérbole, pois há um exagero intencional na afirmação de iluminar todos os trilhos.
- b) uma metonímia, pois há a substituição de um termo pelo outro dentro de uma relação de proximidade.
- c) uma antítese, pois são apresentados conceitos opostos dentro da mesma construção.

d) metáfora, pois "ilumina os trilhos" não deve ser entendido de forma literal, mas como a ideia de guiar e esclarecer o caminho da aprendizagem.

e) uma onomatopeia, pois há a reprodução de sons naturais.

**07.** Sobre o trecho acima, é incorreto afirmar que:

- a) O trecho apresenta um narrador em primeira pessoa, que demonstra uma intenção reflexiva ao registrar suas memórias.
- b) Há uma crítica implícita à sociedade contemporânea, sugerindo que o século é marcado por incertezas intelectuais e dificuldades financeiras.
- c) A expressão "nos vagares deste verão" indica que o narrador está aproveitando um momento de tranquilidade para escrever suas memórias.
- d) O tempo verbal predominante no trecho é o futuro, evidenciando uma ação que ainda ocorrerá.
- e) A menção ao "antigo solar dos condes de Lindoso" sugere um ambiente aristocrático, o que pode indicar um contexto social elevado do narrador.

**08.** *Educação não é só da escola, é no lar que o caráter se enrola.*

No trecho acima, as expressões sublinhadas:

- a) têm papel expletivo.
- b) não podem ser retiradas, pois a frase ficará incorreta.
- c) introduzem oração subordinada substantiva.
- d) apresentam valor de consequência.
- e) apresentam valor de causa.

**09.** O referente do sujeito do verbo 'encerra' é:

- a) lição
- b) século
- c) dinheiro
- d) inteligência
- e) vida

10. Assinale a única alternativa que apresente um conectivo concessivo:

- a) A educação transforma vidas, pois ilumina caminhos que antes eram sombrios.
- b) Os professores se dedicam ao ensino, mesmo que muitas vezes não sejam devidamente valorizados.
- c) As crianças aprenderão com mais facilidade, desde que os pais participem ativamente do processo educativo.
- d) A escola ensina os alunos, enquanto a família deve reforçar os valores essenciais para a vida.
- e) A sociedade evolui, à medida que investe na formação intelectual e emocional de seus cidadãos.

### **ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DA PGE**

*Tiago Zanolla*

11. Os servidores de determinado órgão público estavam debatendo a situação de afastamentos no serviço público. Durante uma reunião no setor de Recursos Humanos, a servidora Carla perguntou ao chefe da unidade, Ricardo, sobre as regras que regem o afastamento dos funcionários públicos conforme a legislação vigente. Com base Regime Jurídico, assinale a alternativa correta sobre o afastamento do servidor público:

- a) O afastamento do servidor pode se prolongar por tempo indeterminado, desde que autorizado pela chefia imediata.
- b) O servidor poderá se afastar da repartição onde está lotado para qualquer atividade particular, desde que apresente justificativa.
- c) O servidor poderá ser afastado por mais de quatro anos consecutivos se estiver exercendo funções de direção em entidade da administração indireta estadual, federal, distrital ou municipal.
- d) O afastamento para acompanhar o cônjuge poderá se estender por prazo indefinido,

independentemente de comprovação da necessidade.

- e) O servidor poderá se afastar por até cinco anos, sem necessidade de justificativa formal, caso esteja exercendo cargo de natureza política.

12. Durante uma reunião no setor jurídico do Tribunal de Justiça de Nova Esperança, a servidora Joana levantou uma questão sobre a reintegração de servidores públicos. O chefe do setor, Dr. Henrique, resolveu aplicar um teste de conhecimento aos funcionários e propôs a seguinte questão:

Com base nos artigos 52 a 55 sobre a reintegração do servidor público, assinale a alternativa correta:

- a) A reintegração ocorre apenas por decisão judicial, não podendo ser determinada administrativamente.
- b) Caso o cargo do servidor reintegrado tenha sido extinto, ele será automaticamente aposentado.
- c) O servidor reintegrado pode permanecer no cargo independentemente de avaliação médica posterior.
- d) Se um servidor for reintegrado, quem estiver ocupando seu cargo poderá ser reconduzido ao cargo anterior, mas, caso não haja vaga, ele ficará como excedente da lotação.
- e) O servidor que for reintegrado terá direito apenas ao cargo, sem receber vencimentos retroativos pelo período em que esteve afastado.

**13.** Com base na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, assinale a alternativa correta:

- a) A nomeação do Procurador do Estado é feita pelo Procurador-Geral do Estado, após comprovação de idoneidade moral.
- b) O prazo para a posse no cargo de Procurador do Estado é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, sem possibilidade de prorrogação.
- c) A posse do Procurador do Estado ocorre perante o Governador do Estado, mediante assinatura de termo de compromisso funcional.
- d) No ato da posse, o empossando deve comprovar que atende aos requisitos legais, inclusive apresentando laudo médico que ateste sua aptidão para o cargo.
- e) O Procurador-Geral do Estado tem a prerrogativa de dispensar a comprovação da idoneidade moral e do bom comportamento social do nomeado.

**14.** Com base na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, assinale a alternativa correta sobre a progressão dos servidores públicos:

- a) A progressão ocorre com a passagem do servidor para uma classe diferente dentro do plano de cargos e carreiras, desde que cumpridos os critérios de desempenho.
- b) A progressão ocorre exclusivamente com base no critério de antiguidade, sem necessidade de avaliação de desempenho.
- c) A progressão só pode ocorrer a cada dois anos, desde que o servidor tenha atingido os critérios estabelecidos na lei.
- d) O número de servidores promovidos por progressão é limitado a 60% de cada referência, sendo 50% para desempenho e 50% para antiguidade.
- e) Se houver empate no critério de antiguidade, a progressão será concedida ao servidor com maior pontuação em avaliação de desempenho.

**15.** Na Diretoria de Gestão de Pessoas do Estado, os servidores estavam analisando os critérios de desempate na progressão funcional. Com base na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, assinale a alternativa correta sobre os critérios de desempate na progressão por desempenho ou antiguidade:

- a) Em caso de empate, o critério decisivo será sempre a maior pontuação na avaliação de desempenho do servidor.
- b) O primeiro critério de desempate é o maior tempo de serviço público, independentemente da referência em que o servidor se encontra.
- c) Caso dois servidores tenham o mesmo tempo de serviço público estadual, o critério seguinte de desempate será a maior prole.
- d) A idade do servidor é o último critério de desempate previsto na norma.
- e) O critério de maior prole não é considerado para desempate na progressão funcional.

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

**16.** Sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir:

- I. A República Federativa do Brasil, enquanto Estado democrático de direito, tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, que constitui um dos pilares da ordem jurídica brasileira.
- II. A separação de poderes, prevista no art. 2º da Constituição, assegura a independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- III. A soberania, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, implica na independência do país em suas relações internacionais, mas não autoriza a imposição de suas leis a outros Estados, que possuem sua própria autonomia.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a assertiva I está correta.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

**17.** João, brasileiro nato, maior de idade, analfabeto, nunca se alistou como eleitor e formulou um requerimento à Secretaria de Saúde do município Beta, solicitando a ampliação do atendimento médico gratuito na região onde reside. O pedido, entretanto, foi negado sob o argumento de que João não é cidadão e que a Lei Municipal nº Y exige o pagamento de uma taxa administrativa para a análise de solicitações individuais.

À luz da Constituição da República, a negativa da Secretaria de Saúde foi:

- a) correta, pois a ausência de alistamento eleitoral impede que João exerça plenamente seus direitos políticos e administrativos.

b) correta, pois a cobrança da taxa administrativa é constitucional e aplicável a todos os requerimentos individuais à administração pública.

c) errada, pois João, mesmo sem ser eleitor, pode exercer direitos fundamentais, os quais são garantidos aos brasileiros e estrangeiros, não podendo ser exigido o pagamento da taxa para peticionar ao poder público.

d) correta, pois apenas os cidadãos em pleno gozo dos direitos políticos podem peticionar às autoridades públicas.

e) errada, pois João deveria ter sido previamente notificado para regularizar sua situação eleitoral antes de ter seu pedido negado.

**18.** Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:

a) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não de ser votado nas organizações sindicais.

b) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

c) Nas empresas de mais de cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

d) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

e) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, exceto se suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**19.** Denise, brasileira nata, morava há muitos anos no exterior. No início deste mês, embora não tenha adquirido outra nacionalidade, formulou pedido expresso de perda da nacionalidade perante a autoridade brasileira competente, por entender que os seus laços com a República Federativa do Brasil tinham sido dissolvidos.

De acordo com a Constituição o referido pedido:

- a) não pode ser acolhido, pois a nacionalidade brasileira é irrenunciável;
- b) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, sendo vedada a sua reaquisição;
- c) embora seja admitida a renúncia da nacionalidade brasileira, isso não é possível em relação a Denise.
- d) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas Denise pode readquiri-la, o que ocorrerá em caráter derivado, com a naturalização, não em caráter originário.
- e) a nacionalidade brasileira pode ser objeto de renúncia, mas a sua reaquisição está sempre sujeita à discricionariedade da autoridade administrativa competente;

**20.** Márcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.
- e) Márcio não poderá se candidatar ao cargo de Governador, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

**21.** Em relação a organização do estado e a repartição de competências constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Mediante lei ordinária federal, poderão ser fixadas normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- b) O exercício da atividade legislativa relativa a direito econômico é realizado privativamente pela União em razão da repercussão federativa gerada pelo tema.
- c) Os estados e o Distrito Federal podem editar normas gerais de licitação que atendam às suas necessidades para contratação de obras de engenharia, desde que a iniciativa de lei seja reservada ao Chefe do Executivo.
- d) se o assunto for de predominante interesse nacional, a competência é da União, que legisla sobre os assuntos de interesse local, como recolhimento de certos impostos, serviços públicos, destinação de áreas públicas, denominação de logradouros, além de suplementar a legislação municipal e estadual naquilo que for possível.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

**22.** Acerca das disposições gerais do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- b) O Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa privativa do STF, pode prever a delegação de competência a servidores para a prática de atos de administração e de mero expediente, desde que tais atos não possuam caráter decisório.
- c) Um terço das vagas nos tribunais de justiça é reservado a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.
- d) Os tribunais superiores e o Conselho Nacional de Justiça têm sede na capital federal e jurisdição em todo o território nacional.
- e) Aos juízes, ainda que em disponibilidade, é vedado o exercício de qualquer outro cargo ou função pública.

**23.** João, magistrado em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Alfa, e Maria, magistrada em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Beta, pretendiam realizar uma permuta.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação à situação de João e Maria, que a permuta:

- a) somente é possível se forem magistrados de segundo grau de jurisdição, dentro do mesmo segmento de justiça;
- b) não é admitida, considerando que são magistrados em atuação no território de estados autônomos entre si;
- c) é possível entre magistrados do mesmo grau de jurisdição, qualquer que seja o segmento da justiça de um ou outro;

d) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, dentro do mesmo segmento de justiça;

e) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, ou de segundo grau, dentro do mesmo segmento de justiça.

**24.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a respeito disso, analise os itens abaixo:

- I. Brasília e não o Distrito Federal é a Capital Federal.
- II. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- III. A União é ente federado dotado de soberania, hierarquicamente superior aos demais entes da federação.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

**25.** Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
- d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Rodrigo Bet*

**26.** Sobre o conceito e as características dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O silêncio da Administração Pública, por implicar uma manifestação tácita de vontade, é classificado como um ato administrativo.
- b) Os atos da Administração e os atos administrativos possuem o mesmo conceito, abrangendo tanto

atos regidos pelo direito público quanto pelo direito privado.

- c) O ato administrativo é uma expressão unilateral de vontade da Administração, sujeita ao regime de direito público, destinada a gerar efeitos jurídicos voltados ao interesse público.
- d) A autoexecutoriedade e a presunção de legitimidade são elementos essenciais que compõem os atos administrativos.
- e) Fatos administrativos, por gerarem efeitos no campo jurídico-administrativo, são considerados espécies de atos administrativos.

**27.** Um servidor público solicitou a concessão de adicional de insalubridade, o que foi deferido por meio de um ato administrativo com a seguinte justificativa: "Considerando o laudo pericial que comprova a exposição do servidor a agentes nocivos e a legislação vigente que garante o adicional, defere-se o pedido apresentado." O elemento do ato administrativo que corresponde aos fundamentos de fato e de direito utilizados para embasar o deferimento do adicional é:

- a) Finalidade
- b) Motivo
- c) Competência
- d) Objeto
- e) Forma

**28.** Qual das alternativas abaixo representa um atributo dos atos administrativos?

- a) Finalidade
- b) Imperatividade
- c) Motivo
- d) Objeto
- e) Forma

**29.** Um fiscal da vigilância sanitária municipal autuou um restaurante por descumprir normas de higiene, aplicando uma multa devido à falta de condições adequadas de armazenamento de alimentos, conforme previsto na legislação sanitária local. Esse ato, que representa a imposição de sanção administrativa a um particular por infração a normas legais, caracteriza o exercício de qual poder administrativo?

- a) Poder Regulamentar
- b) Poder Hierárquico
- c) Poder de Polícia
- d) Poder Disciplinar
- e) Poder Vinculado

**30.** Carlos, servidor público, foi designado para coordenar uma comissão responsável pela aquisição de materiais de informática para uma repartição pública. Durante o processo, a comissão contratou uma empresa que apresentou a melhor proposta técnica e financeira, mas que, posteriormente, revelou-se inabilitada por não atender a requisitos legais mínimos. A falha gerou prejuízos financeiros à Administração. Após auditoria, constatou-se que Carlos e os demais membros da comissão não agiram com dolo, má-fé ou intenção de causar dano ao erário.

Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que:

- a) Carlos poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública, mesmo sem comprovação de dolo, considerando o prejuízo causado.
- b) O simples fato de ter ocorrido prejuízo ao erário é suficiente para caracterizar improbidade administrativa, independentemente da existência de dolo.
- c) Carlos não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, pois a ausência de dolo afasta a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.

d) A conduta de Carlos configura ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, em razão do prejuízo financeiro gerado à Administração.

e) Para que Carlos responda por improbidade administrativa, é imprescindível a instauração de um processo administrativo disciplinar prévio que comprove sua responsabilidade.

**31.** O município Alfa decidiu criar uma nova Secretaria de Educação para melhorar a gestão das escolas municipais, coordenando políticas educacionais, supervisionando unidades escolares e centralizando processos administrativos antes distribuídos entre diversos departamentos. Esse processo caracteriza:

- a) Centralização administrativa.
- b) Descentralização administrativa.
- c) Desconcentração administrativa.
- d) Avocação administrativa.
- e) Concentração administrativa.

**32.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a eficácia dos contratos administrativos depende da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). No caso de uma contratação direta, qual é o prazo máximo para essa publicação, contado a partir da assinatura do contrato?

- a) 20 dias corridos.
- b) 10 dias úteis.
- c) 20 dias úteis.
- d) 5 dias úteis.
- e) 10 dias corridos.

**33.** Um contratado solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato de fornecimento contínuo de materiais hospitalares, alegando o aumento dos custos devido à criação de um novo imposto pelo Governo Federal. Considerando a Lei nº 14.133/2021, essa situação caracteriza:

- a) Cláusula exorbitante, que permite à Administração modificar o contrato sem gerar impactos financeiros ao contratado.
- b) Fato do príncipe, que justifica o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer as condições originais de execução.
- c) Fato da Administração, pois o aumento de tributos é responsabilidade direta do ente contratante.
- d) Risco ordinário do contrato, devendo o contratado arcar com o impacto financeiro como parte da atividade econômica.
- e) Fato do príncipe, que exige comprovação do impacto financeiro apenas ao final da execução do contrato.

**34.** A prefeitura de uma cidade pretende contratar um cantor de renome nacional para um festival cultural local. O artista é representado com exclusividade por uma agência que gerencia todas as suas apresentações no Brasil. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa contratação:

- a) Deve ser realizada por dispensa de licitação, pois a administração pública tem liberdade para escolher entre licitação ou contratação direta em eventos culturais.
- b) Configura hipótese de inexigibilidade de licitação, já que a inviabilidade de competição é comprovada pela exclusividade da representação e pela notória consagração do artista.
- c) Exige a realização de licitação obrigatória, pois a contratação de artistas para eventos culturais não se enquadra nas hipóteses de contratação direta previstas na lei.

d) Depende da comprovação da inexistência de outros artistas disponíveis para justificar a inexigibilidade de licitação.

e) Caracteriza uma situação de licitação dispensável, já que a exclusividade da representação não impede a realização de uma competição entre interessados.

**35.** Em um contrato administrativo para a construção de uma biblioteca municipal, a empresa contratada identificou a necessidade de contratar uma empresa especializada para instalar um sistema de climatização de alta complexidade. Considerando a Lei nº 14.133/2021, sobre a possibilidade de subcontratação, é correto afirmar que:

- a) A subcontratação integral do objeto do contrato é permitida, desde que o serviço seja considerado acessório e não essencial à execução principal.
- b) A subcontratação é permitida para parcelas específicas do objeto, desde que autorizada pela Administração, mantendo o contratado principal responsável integralmente pelo contrato.
- c) A empresa contratada pode subcontratar qualquer parte do contrato sem necessidade de autorização prévia da Administração, desde que haja justificativa técnica.
- d) Qualquer forma de subcontratação é proibida em contratos administrativos, independentemente da natureza ou complexidade dos serviços.
- e) Após autorização da Administração, a subcontratação transfere automaticamente ao subcontratado todas as responsabilidades contratuais, isentando o contratado principal de obrigações.

**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

**36.** Com relação às pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- a) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- b) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção, pois a lei põe a salvo os direitos do nascituro.
- c) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- d) Cessará, para os menores, a incapacidade, por concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, sujeito à homologação judicial.
- e) Pode ser declarada a morte presumida, mediante prévia decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

**37.** Com relação aos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, ainda que conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- b) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- c) São consumíveis os bens móveis destinados à alienação.
- d) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- e) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas, salvo se as partes dispuserem o contrário.

**38.** Com relação à invalidade dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) É anulável o negócio jurídico quando a lei proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, e anulável o que se dissimulou.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce com o decurso do tempo.
- d) É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de dolo, do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- e) A invalidade da obrigação principal não implica a das obrigações acessórias, se elas forem separáveis.

**39.** Com relação à obrigação de dar, assinale a alternativa correta.

- a) Deteriorada a coisa, sendo ou não o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação ou aceitar a coisa, com direito a exigir, em um ou outro caso, perdas e danos.
- b) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o devedor a perda, e a obrigação se resolverá.
- c) Coisa incerta é aquela cujo gênero é ignorado pelas partes.
- d) Na obrigação de dar coisa incerta, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- e) Antes da escolha da coisa incerta, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que força maior ou caso fortuito.

**40.** Com relação ao inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se em mora o credor que não quiser receber o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- b) Se a prestação, devido à mora, tornar-se inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, ou exigir a satisfação das perdas e danos.
- c) O inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui o devedor em mora, após promovida sua interpelação, judicial ou extrajudicial.
- d) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a citação.
- e) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, salvo se essa impossibilidade resultar de caso fortuito ou de força maior.

**41.** Com relação às disposições gerais dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio do intervencionismo judicial e da ampla possibilidade da revisão contratual.
- b) Os contratos civis presumem-se assimétricos, até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção.
- c) As partes negociantes não poderão estabelecer parâmetros próprios para a interpretação das cláusulas negociais, sujeitando-se àqueles previstos em lei.
- d) A alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada.
- e) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, estas serão nulas de pleno direito.

**42.** Com relação ao contrato de doação, assinale a alternativa correta.

- a) A doação de bens móveis pode ser feita de modo verbal.
- b) Se o donatário for absolutamente incapaz, a aceitação deve ser manifestada por seu representante legal.
- c) A cláusula de reversão não prevalece em favor de terceiro.
- d) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada até 2 anos, da data em que se celebrou.
- e) Pode ser revogada por ingratidão a doação em caso de homicídio doloso ou culposo praticado pelo donatário contra o doador.

**43.** Com relação ao direito real de usufruto, assinale a alternativa correta.

- a) Não se pode transferir o usufruto por alienação, nem seu exercício pode ceder-se por título gratuito.
- b) O usufrutuário tem direito à posse, uso e administração, mas não à percepção dos frutos.
- c) O usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações, ainda que resultantes do exercício regular do usufruto.
- d) Se a coisa estiver segurada, incumbe ao nu-proprietário pagar as contribuições do seguro.
- e) O usufruto extingue-se pela morte do usufrutuário, não se transmitindo aos seus herdeiros.

44. Com relação ao casamento, assinale a alternativa correta.

- a) O casamento se realiza no momento em que os nubentes manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz promove a lavratura do respectivo assento, com o subsequente registro.
- b) Não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil.
- c) É o possível o casamento do adotado com o filho biológico do adotante.
- d) Não pode casar o divorciado, enquanto não homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- e) O casamento não se pode celebrar por procuração.

45. Com relação aos alimentos, assinale a alternativa correta.

- a) Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, ainda quando a situação de necessidade resultar de culpa do primeiro.
- b) Os alimentos são devidos entre ascendentes e descendentes, não sendo possível pleiteá-los do irmão.
- c) A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.
- d) O credor pode renunciar ao seu direito a alimentos, se maior e capaz.
- e) Com o mero concubinato do cônjuge credor, não cessa o dever de prestar alimentos.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

46. No que concerne às despesas, honorários advocatícios e multas, assinale a assertiva verdadeira.

- a) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que tenha sido impugnada.
- b) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública pagas ao final pelo ente respectivo.
- c) O valor das sanções impostas ao litigante de má-fé e das sanções impostas aos serventuários reverterão em favor do Estado.
- d) As despesas abrangem as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico e a diária de testemunha.
- e) Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos pelo autor.

47. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do seguinte dispositivo legal: “ O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão \_\_\_\_\_<sup>1</sup>, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa \_\_\_\_\_<sup>2</sup>, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de \_\_\_\_\_<sup>3</sup> de sua intimação.”

- a) irrecorrível<sup>1</sup>; exclusivamente jurídica<sup>2</sup>; 10 (dez) dias<sup>3</sup>.
- b) irrecorrível<sup>1</sup>; pessoa natural ou jurídica<sup>2</sup>; 15 (quinze) dias<sup>3</sup>
- c) irrecorrível<sup>1</sup>; exclusivamente jurídica<sup>2</sup>; 15 (quinze) dias<sup>3</sup>.
- d) recorrível<sup>1</sup>; exclusivamente jurídica<sup>2</sup>; 15 (quinze) dias<sup>3</sup>.
- e) recorrível<sup>1</sup>; exclusivamente jurídica<sup>2</sup>; 10 (dez) dias<sup>3</sup>.

**48.** Atente ao seguinte excerto: *“A primazia da condução do processo é outorgada às partes possuindo ampla autonomia para a prática dos atos. Modelo historicamente utilizado nos sistemas do common law”.* (Renato Montans de Sá, *Manual de Direito Processual Civil*). O trecho em destaque remete ao princípio processual civilista denominado:

- a) Primazia da decisão de mérito.
- b) Boa-fé objetiva.
- c) Cooperação.
- d) Aproveitamento dos atos processuais.
- e) Dispositivo.

**49.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da advocacia pública, pode-se afirmar corretamente que

- a) Os Estados e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- b) A intimação correrá por meio de publicação no diário eletrônico.
- c) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir exclusivamente com fraude no exercício de suas funções
- d) Aplica-se o benefício da contagem de prazo em dobro ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- e) Tanto a Advocacia pública quanto o Ministério Público exercem a representação judicial dos Estados.

**50.** Os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais de Justiça dos Estados, quando denegatória a decisão, devem ser objeto de recurso ordinário, cuja competência será:

- a) Do Tribunal de Justiça.
- b) Do Supremo Tribunal Federal.
- c) Do Superior Tribunal de Justiça
- d) Do Tribunal Regional Federal.
- e) Do presidente do Tribunal de Justiça.

**51.** São incapazes de depor como testemunhas, EXCETO:

- a) O que tiver interesse no litígio.
- b) O interdito por enfermidade.
- c) O cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.
- d) O que tiver menos de 16 (dezesesseis) anos.
- e) O que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los, ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções;

**52.** Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será

- a) Intimada para impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Citada para impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.
- d) Citada para opor embargos em 15 (quinze) dias.
- e) Citada para impugnar a execução no prazo de 20 (vinte) dias.

**53.** Atente ao que se diz a respeito da tutela provisória, prevista no Código de Processo Civil, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- ( ) pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- ( ) requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- ( ) será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- ( ) conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, F, F, V.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, V, V.
- e) F, V, V, V.

**54.** Quanto aos recursos no âmbito do processo civil, assinale a afirmação verdadeira.

- a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, desde que atue como parte.
- b) Dos despachos cabe recurso.
- c) Excetuados os embargos de divergência, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.
- d) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- e) É dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos físicos.

**55.** Assinale a opção que completa, correta e respectivamente, as lacunas do seguinte enunciado: “Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo \_\_\_\_\_<sup>1</sup>, findo o qual a decisão se torna \_\_\_\_\_<sup>2</sup>.”

- a) Sucessivo de 15 dias<sup>1</sup>; estável<sup>2</sup>.
- b) Comum de 15 dias<sup>1</sup>; estável<sup>2</sup>.
- c) Comum de 5 dias<sup>1</sup>; estável<sup>2</sup>.
- d) Sucessivo de 5 dias<sup>1</sup>; estável<sup>2</sup>.
- e) Comum de 5 dias<sup>1</sup>; coisa julgada<sup>2</sup>.

---

### DIREITO TRIBUTÁRIO

---

*Fábio Dutra*

**56.** Considerando as regras sobre obrigação tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tendo por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.
- b) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e consiste em fazer ou deixar de fazer algo no interesse da arrecadação.
- c) A obrigação acessória, quando inobservada, converte-se em obrigação principal no tocante à penalidade pecuniária.
- d) A obrigação principal possui natureza distinta da obrigação acessória, sendo que esta não pode se transformar em principal.
- e) A exigência de emitir documentos fiscais, em regra, caracteriza exemplo de obrigação acessória.

**57.** Sobre a responsabilidade de terceiros prevista no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) O tutor pode responder solidariamente pelos tributos devidos pelo tutelado, nos atos em que intervier ou pelas omissões de que for responsável.
- b) O síndico de massa falida pode ser chamado a responder pelos tributos devidos pela massa se praticar atos fora dos limites legais.
- c) Os sócios de sociedade de pessoas em liquidação podem ser solidariamente obrigados pelos tributos devidos pela pessoa jurídica.
- d) O tabelião é responsável exclusivamente pelos tributos devidos por ele próprio, não alcançando atos praticados no exercício de seu ofício.
- e) O mandatário que age com excesso de poderes poderá responder pessoalmente pelos débitos tributários resultantes de seus atos.

**58.** Considerando apenas as disposições do Código Tributário Nacional sobre a natureza jurídica dos tributos, assinale a alternativa correta:

- a) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela sua denominação na lei.
- b) A destinação legal do produto da arrecadação é relevante para a definição da natureza jurídica do tributo.
- c) Os tributos classificam-se em impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais.
- d) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação.
- e) Tributo é uma prestação pecuniária, compulsória ou não, desde que instituída em lei.

**59.** Sobre as competências tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir e, ao final, assinale a alternativa que corresponde à sequência correta:

- ( ) Compete à União instituir impostos sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
  - ( ) Os Municípios podem instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis.
  - ( ) É competência apenas dos Estados instituir contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.
- a) V, V, F
  - b) V, F, V
  - c) F, V, V
  - d) V, V, V
  - e) F, F, F

**60.** Considerando o regime de lançamento tributário, assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento por declaração pressupõe a homologação automática do Fisco após cinco anos.
- b) O lançamento por homologação exige a cobrança prévia pela Fazenda antes de o contribuinte efetuar qualquer pagamento.
- c) O lançamento de ofício ocorre exclusivamente por iniciativa do contribuinte quando lhe convém rever a própria apuração.
- d) O lançamento por declaração ocorre quando o contribuinte ou um terceiro obrigado fornece informações à autoridade fiscal para efetivar o crédito tributário.
- e) O lançamento de ofício está restrito aos casos em que o contribuinte declara não possuir bens sobre os quais incida tributação.

**DIREITO FINANCEIRO***Gabriela Zavadinack*

**61.** O Direito Financeiro é um ramo do Direito Público que pode ser corretamente conceituado como

- a) o conjunto de normas que regulam exclusivamente a arrecadação tributária do Estado, sem abranger o orçamento e os gastos públicos.
- b) o conjunto de normas que regulam as relações contratuais do Estado com particulares, limitando-se à disciplina das contratações públicas.
- c) o conjunto de normas que disciplinam a receita, a despesa, o orçamento e o crédito público, bem como o controle da atividade financeira estatal.
- d) uma subdivisão do Direito Administrativo, com foco exclusivo na execução orçamentária.
- e) o conjunto de normas que regulam a política monetária e cambial do país, sendo responsável por regular a atuação do Banco Central e das instituições financeiras privadas.

**62.** Nos termos da Constituição Federal de 1988, o planejamento e a execução orçamentária no Brasil são estruturados em três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Considerando as disposições constitucionais sobre esses instrumentos, assinale a alternativa correta:

- a) O Plano Plurianual estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um período de cinco anos, abrangendo os investimentos de execução prolongada e as despesas de caráter continuado.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- c) A Lei Orçamentária Anual, além de conter a previsão das receitas e a fixação das despesas, disciplina a forma de arrecadação de tributos.

d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por objetivo principal definir os programas e ações governamentais de médio prazo, sendo vinculada ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual.

e) O Plano Plurianual é aprovado anualmente pelo Congresso Nacional, devendo ser encaminhado pelo Presidente da República juntamente com a proposta da Lei Orçamentária Anual, até o final do primeiro semestre de cada exercício.

**63.** Os princípios orçamentários orientam a gestão pública na elaboração e execução do orçamento, assegurando legalidade, eficiência e transparência. Com base na Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na doutrina, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da anualidade determina que o orçamento público deve ter duração de quatro anos.
- b) O princípio da universalidade exclui receitas de autarquias do orçamento público.
- c) O princípio do equilíbrio exige que o orçamento sempre apresente superávit financeiro.
- d) O princípio da unidade impede a consolidação de todos os orçamentos em uma única lei.
- e) O princípio da exclusividade permite incluir na LOA apenas previsão de receita e fixação de despesa, ressalvadas as exceções previstas no texto constitucional.

**64.** O ciclo orçamentário envolve a elaboração, discussão, aprovação, execução e controle do orçamento público. No Brasil, os parlamentares podem apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), respeitando limites constitucionais. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) As emendas individuais ao orçamento são de execução obrigatória, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição.
- b) As emendas parlamentares ao orçamento são ilimitadas e podem alterar livremente a programação financeira do Executivo.
- c) O Congresso Nacional pode apresentar emendas à LOA, mas não ao PPA e à LDO.
- d) O Presidente da República pode vetar individualmente as emendas parlamentares ao orçamento após a sanção da LOA.
- e) As emendas individuais ao orçamento podem destinar recursos exclusivamente para despesas de pessoal e encargos da dívida pública.

**65.** Os precatórios são a forma prevista na Constituição Federal para o pagamento de dívidas da Fazenda Pública reconhecidas judicialmente. Sobre a disciplina constitucional dos precatórios, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento de precatórios deve ser feito imediatamente após a decisão judicial definitiva.
- b) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, desde que haja concordância do devedor.
- c) Os precatórios não podem ser utilizados para compensação de tributos devidos ao ente público devedor.
- d) Os precatórios de natureza alimentícia cujos titulares tenham sessenta anos de idade, sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

- e) A inclusão do valor no orçamento garante o pagamento imediato do precatório, sem risco de atraso.

## DIREITO AMBIENTAL

*André Rocha*

**66.** Considere que uma empresa de agrotóxicos europeia deseja utilizar no Brasil um princípio ativo descoberto recentemente. Nesse caso, como os efeitos que tal substância pode produzir na fauna e flora local ainda não são conhecidos, o órgão ambiental competente não permite a utilização antes da realização de testes de eficácia e segurança ambiental e de saúde humana.

Pode-se dizer que o princípio do Direito Ambiental aplicado pelo órgão ambiental para a proibição da utilização da substância é o

- a) da Prevenção.
- b) da Precaução.
- c) do Poluidor-pagador.
- d) do Usuário-pagador.
- e) do Protetor-recebedor.

**67.** Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei nº 6.938/1981.

Assinale a alternativa que aponta um órgão executor do Sisnama.

- a) Conselho de Governo.
- b) Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).
- c) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- d) Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- e) Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

**68.** Considere uma estrada que tem origem no município de Quixeramobim, no Ceará, e fim no município de Teresina, Piauí. Nesse caso, considerando que se exige licenciamento ambiental para a implementação do empreendimento e que a estrada será licenciada como um todo, sem divisão em partes menores, é correto afirmar que o(s) órgão(s) licenciador(es) deverá(ão) ser:

- a) o Ibama.
- b) os órgãos estaduais do Ceará e Piauí, em conjunto entre si.
- c) os municípios de Quixeramobim e Teresina.
- d) os órgãos estaduais do Ceará e Piauí em conjunto com a União.
- e) o órgão estadual do Ceará ou o órgão estadual do Piauí, a ser decidido em comum acordo.

**69.** Uma unidade de conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- I - Unidades de Proteção Integral;
- II - Unidades de Uso Sustentável.

Assinale a alternativa que apresenta uma unidade de conservação de proteção integral.

- a) Monumento Natural.
- b) Reserva de Fauna.
- c) Área de Relevante Interesse Ecológico.
- d) Floresta Nacional.
- e) Área de Proteção Ambiental.

**70.** No Direito Ambiental, tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem ser responsabilizadas nas esferas civil, administrativa e penal.

Considere as afirmações a seguir:

- I – Um dos requisitos para que pessoas jurídicas sejam responsabilizadas administrativa, civil e penalmente é que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado.
- II – Caso a pessoa jurídica seja responsabilizada, as pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato não poderão o ser.
- III - A pessoa jurídica pode ser desconsiderada sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Estão corretas:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**DIREITO DO TRABALHO***Antônio Daud*

**71.** Considerando as regras legais sobre terceirização de serviços, estabelecidas na Lei 6.019/1974, bem como os correspondentes entendimentos jurisprudenciais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os serviços terceirizados poderão ser executados nas instalações físicas da empresa contratante ou em outro local, de comum acordo entre as partes.
- b) O contrato de prestação de serviços conterá a qualificação das partes, a especificação do serviço a ser prestado, o prazo para realização do serviço, quando for o caso, e o valor.
- c) É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.
- d) A empresa contratante é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.
- e) Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

**72.** Em relação ao direito de greve, analise as assertivas a seguir:

- I. É cabível a realização de greve em atividades essenciais, embora a legislação estabeleça pré-aviso do movimento paredista com antecedência mínima de 72 horas.
- II. A realização da greve somente poderá ocorrer quando deliberada pela delegacia-geral sindical.
- III. Em regra, é vedada a contratação de trabalhadores substitutos, exceto quando não forem assegurados

os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, hipótese em que é autorizada a contratação de trabalhadores temporários.

IV. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta ou indiretamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

**73.** Considerando as regras estabelecidas no art. 484-A da CLT, a respeito da extinção contratual mediante acordo, julgue os itens que se seguem e marque a alternativa correta:

- a) será devida pela metade a indenização relativa às férias proporcionais.
- b) o empregado estará autorizado a sacar integralmente seu saldo junto ao FGTS.
- c) o aviso prévio indenizado será devido pela metade.
- d) o empregado estará autorizado a ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
- e) o décimo terceiro salário será devido pela metade.

**74.** Considerando o disposto na Lei 8.036/1990, pode-se afirmar que NÃO é hipótese autorizadora do saque da conta vinculada do trabalhador junto ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS):

- a) trabalhador permanecer três anos ininterruptos fora do regime do FGTS .
- b) rescisão motivada por culpa recíproca.
- c) trabalhador com idade igual ou superior a setenta anos .
- d) trabalhador ou qualquer de seus dependentes for, nos termos do regulamento, pessoa com doença rara.
- e) suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

**75.** Segundo estabelece a CLT, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 3 dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- b) pelo dobro de dias, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- c) pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de delegado de entidade sindical, estiver participando de reunião extraoficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- d) até 5 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- e) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

*Bruno Klippel*

**76.** Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de descondição da personalidade jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cabe o incidente de descondição da personalidade jurídica nos processos trabalhistas.
- b) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- c) A instauração do incidente interrompe o processo.
- d) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de cognição, cabe recurso de imediato.
- e) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de execução, cabe agravo interno, desde que garantido o juízo.

**77.** Em relação à competência da Justiça do Trabalho, conforme normas insculpidas na Constituição Federal do Brasil e na Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não estão abrangidas na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal por envolver agente da União.
- b) a servidora municipal Afrodite deve ajuizar ação para reivindicar direitos relativos ao vínculo estatutário na Vara do Trabalho do município em que reside.
- c) a empregada Iris deve propor reclamação trabalhista, em regra, na Vara do Trabalho do município em que prestou os serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratada em outra localidade.
- d) a competência da Vara do Trabalho se dá pela localidade em que o empregador tenha sua sede, como regra geral, em razão do princípio da execução menos gravosa ao devedor.
- e) o empregado Thor, que é viajante comercial da empresa Delta e atua em todo Estado do Piauí, deverá propor reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Teresina, Capital do Estado do PI.

**78.** Assinale a alternativa correta de acordo com o processo do trabalho.

- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- b) As testemunhas arroladas pelas partes deverão ser intimadas para comparecer à audiência de instrução e julgamento, com cinco dias de antecedência da realização do ato.
- c) As partes e testemunhas serão inquiridas diretamente por seus representantes ou advogados, podendo ser reinquiridas, a critério do juiz.
- d) Cada parte poderá ouvir até três testemunhas por fatos articulados ou pedidos formulados pelas partes.
- e) Apresentado documento pela parte durante a audiência de instrução e julgamento, o juiz abrirá prazo de cinco dias para que a parte adversa possa se manifestar sobre a prova.

**79.** Assinale a alternativa correta sobre as nulidades no processo do trabalho.

- a) No processo do trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- b) A parte que der causa a nulidade deverá argui-la à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.
- c) A nulidade fundada na incompetência do foro não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- d) As nulidades relativas poderão ser arguidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, vedado o reconhecimento de ofício pelo magistrado.
- e) Reconhecida e declarada a nulidade do ato processual, todos os atos subsequentes ao anulado deverão ser refeitos.

**80.** No processo do trabalho, o recurso de agravo de instrumento:

- a) Não possui previsão normativa.
- b) Pode ser interposto em relação às decisões interlocutórias em geral desde que proferidas em audiência.
- c) É cabível para atacar sentença sem julgamento do mérito.
- d) É cabível frente à decisão de não recebimento do agravo de petição.
- e) É cabível em relação à decisão que indefere a petição inicial.

## Discursiva 1

Após amplos debates, o Presidente da República, há poucos meses, assinou tratado internacional que limitava as hipóteses de prisão preventiva, decretada, como se sabe, antes que se tenha certeza a respeito da autoria do crime, e estabelecia diretrizes para o sistema prisional.

Alguns desses comandos colidiam com normas extraídas do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, ampliando o alcance da proteção ali prevista, de modo a trazer grande benefício aos usuários dos serviços judiciários. O tratado foi aprovado, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, sendo promulgado na ordem jurídica interna.

A aplicação de um dos comandos do tratado foi invocada em processo que se encontrava perante uma Turma do Tribunal Regional Federal competente, que demonstraria a ilicitude de ato que contara com o concurso de oficial de justiça no exercício da função. Na ocasião, a União, que figurava no polo passivo, arguiu a inconstitucionalidade do referido comando. A turma, ao se pronunciar, decidiu simplesmente não aplicar o comando do tratado ao caso concreto, entendendo que os efeitos decorrentes de sua aplicação não seriam razoáveis.

À luz das informações fornecidas e dos aspectos jurídicos relevantes, responda os seguintes pontos:

- a) Qual a natureza jurídica do tratado?
- b) O comando do referido tratado internacional, em razão de sua natureza jurídica, poderia ser objeto de controle difuso de constitucionalidade pelos tribunais?
- c) A Turma do Tribunal Regional Federal agiu corretamente? Justifique.

Resposta em até 30 linhas.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a) em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b) quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c) quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d) quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---